

As mesmas e as novas mulheres do feminismo brasileiro

(Les mêmes et les nouvelles femmes du féminisme brésilien)

Mariana Jafet Cestari¹

¹Instituto de Estudos da Linguagem – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – CNPq
marianajcestari@gmail.com

Résumé: En tenant compte de l'émergence de la “deuxième vague du féminisme” au Brésil depuis les années 1970, notre objectif principal est de discuter la relation entre le processus de formation du sujet politique femmes féministes et les pratiques discursives qui impliquent le déplacement de sens dans l'histoire.

Mots-clés: discours politique; sujet (analyse du discours); féminisme.

Resumo: Considerando a emergência da “segunda onda feminista” no Brasil a partir dos anos 1970, nosso principal objetivo é discutir a relação entre o processo de formação do sujeito político mulheres feministas e as práticas discursivas envolvidas que deslocam sentidos na história.

Palavras-chave: discurso político; sujeito; (Análise do Discurso); feminismo.

Feminismo: novos sentidos?

Este artigo insere-se no bojo dos estudos que buscam analisar e refletir teoricamente sobre práticas discursivas que desregularizam séries de repetições históricas, movimentam fronteiras entre formações discursivas e produzem como efeito novas posições sujeito e o deslocamento dos sentidos na história. As perguntas de fundo perseguem-nos: como emergem novos sentidos e novos sujeitos na história? Quais as relações entre discurso e história? Com a desconfiança no “novo” e no “mais trivial”, a partir do lugar teórico-metodológico da Análise de Discurso materialista, tomamos como objeto teórico-analítico o discurso feminista brasileiro dos anos 1970 e refletimos sobre o trabalho do discurso político que produz a representação de um coletivo e de um lugar de identificação no processo de formação do sujeito político *mulheres feministas*.¹

Em outras palavras, discutimos o surgimento de posições sujeito feministas na relação de forças entre reprodução e transformação dos sentidos em condições de produção determinadas. O que demonstramos em nossas análises é que a emergência dessas novas posições sujeito na história pode ser compreendida como resultante da reconfiguração/transformação dos elementos de saber do discurso machista, do discurso da esquerda e do discurso feminista internacional, entre outros embates de sentido em que se insere o discurso feminista brasileiro dos 1970.

¹ O artigo apresenta parte dos resultados da dissertação de mestrado *A constituição do discurso feminista no Brasil e na Argentina nos anos 1970*, defendida no IEL/Unicamp em 2011 sob orientação da Profa. Dra. Mônica Graciela Zoppi Fontana e financiamento da Fapesp.

Movimento, imprensa e discurso feministas

No intento de construir a história do feminismo, pesquisadoras propuseram sua organização em ondas. A década de 1970 foi marco inaugural da “segunda onda feminista” na América Latina, que desde a década anterior desenvolvia-se nos Estados Unidos e em diversos países da Europa.² De forma significativa, a “questão da mulher” repercutiu no mundo concomitantemente à realização de manifestações autodenominadas feministas. A postura da ONU de decretar o ano de 1975 como Ano Internacional das Mulheres é resultante, em grande medida, da atuação das feministas, o que atesta seu alcance (PEDRO, 2006).

Na “segunda onda feminista”, as mulheres ampliaram sua atuação na política, historicamente uma arena de participação majoritária de homens, e também questionaram a concepção de política vigente. “Politizar o privado” seria uma bandeira fundamental encampada por diferentes vertentes do movimento feminista e que não se restringia a este movimento, relacionando-se ao contexto político dos anos 1960-1970. É deste momento a consigna ainda atual que denuncia a opressão que a mulher sofre também no âmbito doméstico e questiona a divisão entre público e privado: “O pessoal é político” (COSTA, 2005).

A emergência do feminismo na maioria dos países da América Latina se fez no quadro de um acirramento da luta de classes e do terrorismo de estado imposto pelas ditaduras militares, o que contribuiu para a conexão dos movimentos à causa da democracia, pela liberdade de expressão, de organização e de consciência (MORAES, 2003). Além destes fatores, deve-se considerar que parte das mulheres desta geração, principalmente as das classes médias, passou a viver em países em que a modernização permitia-lhes maior acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho. Faziam parte das mudanças as conquistas sociais como o controle reprodutivo e a abertura sexual, simbolizadas pelas pílulas anticoncepcionais e pela contracultura (MORAES, 1997), que transformavam a vida cotidiana, as relações familiares, as expectativas pessoais e a moral sexual. Por meio da imprensa diária e da televisão, temas que anteriormente pertenciam ao âmbito privado passaram a ser discutidos publicamente (TREBISACCE, 2010).

Vuola (1993, apud MAIER, 2006) também aborda a publicização de temas que se encerravam no âmbito privado pelas diferentes formas de atuação das mulheres, entre as quais a luta feminista. Para a autora, esta atuação fez estremecer a imagem latinoamericana da mulher:

[...] en las tres décadas desde que el Año Internacional de la Mujer enfocó las luces internacionales sobre la condición subalterna de las mujeres en el mundo, América Latina presenció la irrupción de feministas de las clases medias educadas, guerrilleras y comandantes insurrectas de los países inmersos en conflictos armados, madres y esposas defensoras de los derechos humanos de las naciones con dictaduras militares y amas de casa activistas de las organizaciones urbano-populares, quienes trasladaron a los escenarios públicos y políticos reclamaciones, peticiones y demandas que – con la excepción de las mujeres en armas – hasta entonces pertenecían solo al espacio privado. El activismo se centró, por una parte, en deconstruir la producción sociocultural del cuerpo-identidad femenina, su reprimido ejercicio sexual y las restricciones sociales, económicas y políticas emanadas del cuerpo de la mujer. Impulsada contrariamente por los mismos papeles

2 A “segunda onda feminista” ficou conhecida por pautas que envolviam o corpo e a sexualidade, entre outras temáticas. A “primeira onda feminista”, por sua vez, é lembrada principalmente pelas lutas por direitos sociais, com destaque para a luta sufragista do início do final do século XIX e início do século XX.

tradicionales de dicha identidad femenina que sustentan y reproducen el sistema patriarcal de relaciones de género o penetran los terrenos simbólicos tradicionalmente masculinos de la guerra y las armas, la movilización pública de miles de mujeres – actoras colectivas – creó sinergias que estremecieron la imagen latinoamericana habitual de la mujer basada en los rasgos marianistas de abnegación, entrega, pasividad, dependencia, obediencia y vergüenza. (VUOLA, 1993, p. 30, apud MAIER, 2006)

No Brasil, iniciado entre as camadas médias nos anos 1970, o feminismo expandiu-se através de uma articulação política peculiar com os movimentos populares que tinham participação expressiva de mulheres, tornando as demandas femininas das organizações de bairro próprias do movimento geral das mulheres brasileiras (SARTI, 2004). Dessa forma, “as feministas brasileiras, sem abdicar das especificidades de suas bandeiras de luta enquanto mulheres souberam traçar políticas de alianças com outras forças opositoras no processo de luta por ‘liberdades democráticas’” (MORAES, 1996, p. 2). As bandeiras mais relacionadas à sexualidade, por sua vez, eram menos expressivas do que em outros países, por conta das alianças do feminismo com a esquerda e com o setor progressista da Igreja Católica (PINTO, 2003). Na década de 1980, com a abertura democrática, o movimento feminista questionou o discurso do movimento da década anterior (RAGO, 2003) e especializou-se em temas como saúde da mulher e violência contra a mulher. Também nos anos 1980 o sujeito político “mulheres” diversificou-se (e, em certa medida, fragmentou-se) em novas identidades, como as mulheres negras e as mulheres lésbicas, que se organizavam desde a década anterior (ALVAREZ, 1994).

A partir de 1975, foram publicados no Brasil os primeiros jornais nacionais que se autodenominavam feministas, eram dirigidos às mulheres e feitos por mulheres. Esses jornais faziam parte dos 150 periódicos da imprensa democrática e alternativa existente durante os quinze anos de ditadura militar no Brasil (entre 1964 e 1980) e tinham como traço comum a oposição ao regime militar em contraste com a complacência com a ditadura dos jornais de grande circulação (KUCINSKI, 2003).

Com base na constatação de Alvarez (1994), Cardoso (2004) e Costa (2009), de que os jornais feministas refletiam o projeto do movimento feminista, em uma relação intrínseca entre seus editoriais e as ideias centrais do movimento, e da afirmação de Moraes (1997) e Araújo (2000), de que esta imprensa cumpria o papel de divulgadora, formadora e organizadora do feminismo no Brasil, assumimos a tese de que a construção do discurso feminista nesses jornais é fundamental na constituição do discurso feminista brasileiro desse momento histórico. Essas teses motivaram a escolha da imprensa feminista brasileira, especialmente do jornal *Nós Mulheres*,³ como principal fonte para a constituição do *corpus* discursivo de nossa pesquisa.

Mulheres são mães, esposas e donas de casa

Por compreendermos que fazem parte das condições de produção “efeitos das relações de lugar nas quais se acha inscrito o sujeito” (PÉCHEUX, 1975, p. 171), des-

3 O jornal *Nós Mulheres* era publicado pela Associação de Mulheres, em São Paulo, e teve 8 edições, em circulação entre os anos de 1976 e 1978. Não divulgava sua tiragem. Seu conselho editorial era composto por cerca de 20 mulheres militantes de esquerda. O coletivo buscava estruturar-se de forma autônoma e não-hierárquica – uma busca em constituir uma organização que diferisse das demais existentes na sociedade que, ao ver do grupo, oprimiam as mulheres. Foi o primeiro jornal brasileiro a se autodenominar feminista (MORAES, 1990).

crevemos os processos discursivos que representam imaginariamente os lugares sociais e as posições que funcionam como espaço de identificação no qual as mulheres se constituem/significam como feministas e enquanto tais como novo sujeito político, pela adesão ativa, nas lutas políticas e sociais empreendidas pelo movimento. Em nossa pesquisa, analisamos as imagens que as mulheres feministas organizadas faziam de sua posição, de suas interlocutoras, do feminismo, da política, de seus adversários e aliados políticos, da situação em que viviam as mulheres (trabalhadoras, no primeiro e no terceiro mundo, ricas e pobres, brancas e negras, etc.), entre outros objetos de seu discurso. No presente artigo, nosso foco são as representações imaginárias do lugar social de mulher no discurso feminista brasileiro e sua relação com a significação de mulheres como sujeito político do feminismo.

O discurso feminista brasileiro denuncia a opressão das mulheres pela imposição social do lugar de *mãe, esposa e dona de casa*. A contestação dessas imagens e inversão dos sentidos dominantes associados a *mulher* servem à elaboração do programa feminista, assim como certos sentidos dominantes de *mulheres* repetem-se na organização das *mães e donas de casa*, por exemplo. Ou seja, a tensão entre o mesmo e o diferente, entre o já-lá e o novo, produz os efeitos de sentido para *mulheres* no discurso feminista. A protagonista do discurso feminista é a mãe que tem que cuidar dos seus filhos e também a mulher que escolhe não ter filhos, usando pílulas anticoncepcionais.

Nossa reflexão acerca do funcionamento discursivo da denúncia apoia-se no trabalho de Pecheux (1982) e Payer (2006). Segundo Pêcheux (1982), a denúncia ocupa um lugar importante no discurso revolucionário socialista, pois é por meio dela que este torna visível o “irrealizado” da sociedade e encarrega-se de reunir, convencer, organizar e politizar o proletariado, tornando-o visível *para si mesmo*, de sorte que, novo sujeito da História, este se lance à luta que pode fazer o mundo mudar de base. Sobre a relação entre o real e o imaginário nas revoluções, Pêcheux afirma que “[...] a questão histórica das revoluções concerne por diversas vias ao contato entre o visível e o invisível, entre o existente e o alhures, o não-realizado ou o impossível, entre o presente e as diferentes modalidades da ausência” (PÊCHEUX, 1982, p. 8). A questão da linguagem e da irrupção do irrealizado relaciona-se ao processo de interpelação ideológica dos indivíduos em sujeitos, ou seja, supõe o retorno aos pontos de resistência e revolta sob a dominação ideológica.

Para Payer (2006, p. 66, grifos da autora), a denúncia constitui na e pela linguagem um *sujeito determinado e firme* que enuncia com base em *efeitos de certeza* uma verdade a ser sustentada a todo custo. As formas determinativas do dizer produziram como efeito a delimitação e o fechamento dos sentidos, assim como a adesão do enunciador ao conteúdo que ele enuncia. Ao mesmo tempo, a rejeição de que o conteúdo da denúncia ocupe o lugar da verdade proporciona o aparecimento de novas enunciações: “[...] na enunciação que denuncia produz-se uma espécie de *intervalo* entre aquilo que *se afirma como verdade no enunciado*, e aquilo que *se reafirma discursivamente na prática da linguagem*, como um horizonte possível no real do discurso”. Aciona-se, deste modo, a imagem do sujeito interlocutor como em posição de tomar providências diante da verdade (d)enunciada. A esse interlocutor caberia intervir para tornar outra enunciação possível no lugar da afirmação presente.

Ao funcionamento da denúncia de opressão das mulheres, na sua condição imposta de *mãe, esposa e donas de casa*, entre outras imagens que o discurso feminista associa

à mulher oprimida, por vezes articula-se o funcionamento do que poderíamos denominar *nós político*. A produtividade do *nós* no discurso político decorre da possibilidade do locutor associar-se por seu intermédio a referentes variados sem especificá-los linguisticamente, o que produz a ambiguidade do seu dizer (INDURSKY, 1997). A descrição dos funcionamentos enunciativos e discursivos do *nós* contribui para a análise das relações imaginárias de interlocução no discurso feminista. Entre elas, destaca-se o efeito de simetria entre os interlocutores produzido pelo *nós* acompanhado pela predicação *mulheres* que reúne as feministas organizadas e as *mulheres* projetadas como interlocutoras do discurso feminista.

Com base nas proposições de Pêcheux (1982) e Payer (2006), afirmamos que, pelo dispositivo de identificação da denúncia, considerando o papel do *nós* político, o discurso feminista se encarrega em reunir, convencer, organizar e politizar as mulheres, tornando-as visíveis para si mesmas e convidando-as à constituição de um coletivo de luta, o novo sujeito mulheres. No discurso feminista, a denúncia do real e visível (a opressão das mulheres) e o questionamento sobre a posição das mulheres diante do não-realizado na história (a emancipação das mulheres) projeta no discurso, como imaginário, a realização do programa feminista: com a subjetivação das mulheres identificadas com o feminismo, a partir da revolta e resistência contra sua opressão, torna possível a realização do que até então era impossível e não-realizado.

Vejam os primeiros recortes discursivos:

- (1.1) Desde que nascemos, NÓS MULHERES, ouvimos em casa, na escola, no trabalho, na rua, em todos os lugares, que nossa *função na vida é casar e ter filhos*. Que NÓS MULHERES não precisamos estudar nem trabalhar, *pois isto é coisa pra homem*. [...] Os próprios brinquedos da nossa infância já nos preparam para cumprir esta função que dizem a *função natural da mulher: mãe e esposa*. (editorial, NM1, junho 1976)
- (1.2) O destino dos homens *não depende de suas características físicas*. [...] Homens e mulheres nascem iguais, com os mesmos direitos de viver digna e decentemente, de ser livre e de buscar a felicidade. Se não é essa a nossa realidade, não podemos culpar o clima ou qualquer outra fatalidade e sim a *sociedade em que vivemos*. A mulher, por séculos, tem sido *educada* para ser *mãe, esposa e dona de casa*. O homem, por sua vez, tem a obrigação de sustentar a família, passando o dia fora de casa, sem tempo para dedicar-se aos filhos e à mulher. (editorial, NM4, março/abril 1977)

Para o discurso feminista, é central a imagem das mulheres como *mãe e esposa*, compreendida como construída socialmente, apesar de que seja *naturalizada* e tornada inquestionável por meio da socialização (no espaço público da *escola* ou privado da *casa*). Essas imagens são mobilizadas na construção das mulheres como grupo oprimido socialmente, que deve atuar politicamente para transformar sua condição, e relacionam-se à imagem de *homens* como *outro*. *Homens* faz parte do processo de identidade de *mulheres* por meio da diferenciação, de comparações: as mulheres não devem trabalhar fora de casa ou estudar, *pois isso é coisa pra homem* (em 1.1); a mulher tem a função de *mãe e esposa*, o homem, por sua vez, tem a obrigação de sustentar a família (em 1.2).

A denúncia ao mesmo tempo em que afirma a verdade da *opressão das mulheres* baseia-se no efeito de pré-construído no interdiscurso que projeta *mulheres* como evidência. Supomos que a principal evidência seria o efeito de transparência da equivalência do objeto de pensamento *mulher* e a determinação de sua identidade por seu sexo compreendido como fisiológico, biológico e natural; a mulher universal e única opõe-se a *homem* (também

universal e único?). Ainda que a *função natural da mulher* (em 1.1) e o papel das *características físicas* (em 1.2) na determinação do lugar social sejam questionados pelo discurso feminista, esses questionamentos contróem-se sobre a evidencia do sentido de que as mulheres são um grupo que compartilha tais características que as diferenciam dos homens e que servem de justificativa para a imposição do que deva ser a função das mulheres.⁴

Aqui nos parece oportuno retomar a formulação de formação discursiva (FD) conforme proposta por Pêcheux e Fuchs (1975), com base no materialismo histórico, mais especificamente na “superestrutura ideológica em relação ao modo de produção que domina a formação social considerada” (p. 165). A ideologia teria uma materialidade específica articulada sobre a materialidade econômica (que a determina em última instância) e o discursivo seria um de seus aspectos materiais. Os autores postulam, então, a noção de *formação ideológica* (FI) como “um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflitos umas com as outras” (PÊCHEUX; FUCHS, 1975, p. 166, grifos dos autores), e, em seguida, afirmam que “as *formações ideológicas* comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas* interligadas que determinam o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada em uma conjuntura” (p. 166-167, grifos dos autores).

Nessa perspectiva há, portanto, um descentramento do sujeito e historicização do sentido: “sujeito e sentido se constituem reciprocamente em relação a uma (ou várias) FD(s), dentro da(s) qual(is) ambos são produzidos como efeitos, efeito de sentido e efeito-sujeito” (ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 35). O sujeito é determinado ideologicamente por formações discursivas que o precedem e excedem, e dentro das quais se constituem posições sujeito que permitem seu dizer. Essa determinação ideológica também acomete o sentido. Em outras palavras, “o ‘sentido’ de uma sequência só é materialmente concebível na medida em que se concebe essa sequência como pertencente necessariamente a esta ou àquela formação discursiva (o que explica, de passagem, que ela possa ter vários sentidos)” (PÊCHEUX; FUCHS, 1975, p. 169). A FD funcionaria como uma espécie de “autodicionário” e “matriz de sentido” (PÊCHEUX; FUCHS, 1975, p. 181).

A afirmação de que o sentido de uma sequência só possa ser concebido a partir do seu pertencimento a uma FD considera, pelo exposto anteriormente, que as FD estabelecem relações de força em que prevalece uma dominância ideológica. Portanto, a divisão ideológica antagônica não produz dois mundos separados e, no que toca a materialidade discursiva, discursos antagônicos independentes. O que nossa análise capta é a disputa em torno dos sentidos dominantes de alguns objetos discursivos na relação constitutiva que todo discurso estabelece com seu exterior. Nessa perspectiva, o efeito de evidência de sentido de um objeto decorre da eficácia da dominação ideológica.

4 Reconhecemos as contribuições dos estudos de gênero e da produção feminista que tomam a categoria “mulher” como resultante de construções históricas e sociais em nossa análise dos efeitos de transparência do objeto “mulher” e dos sentidos a ele articulados no discurso. Tais empreendimentos teóricos e políticos primeiramente permitiram desessencializar o lugar da “mulher” nas diferentes formações sociais e impulsionaram a organização do sujeito “mulher” para a transformação do que está socialmente construído acerca dele. Em seguida, o questionamento da naturalização da diferença sexual e a sua conexão com a construção social (a ideia de que sexo biológico determina gênero cultural) também fizeram parte da desconstrução da “mulher” como universal, sublinhando diferenças entre as “mulheres” (PISCITELLI, 2002).

Esta tensão identificada em nossas análises está em consonância com a ressalva de Pêcheux (1981) sobre as ideologias dominadas que nos alerta para o risco de análises idealistas sobre os discursos de resistência:

[...] parece ser crucial afastar a ideia, tanto sedutora quanto falsa, de que as ideologias dominadas, por não serem o simples reflexo inverso da ideologia dominante, constituiriam espécies de germes independentes: elas nascem no lugar mesmo da dominação ideológica na forma dessas múltiplas falhas e resistências, cujo estudo discursivo concreto supõe abranger o efeito do real histórico que, no interdiscurso, funciona como causalidade heterogênea, e, ao mesmo tempo, o efeito do real sintático, que condiciona a estrutura internamente contraditória da sequência intradiscursiva. (PÊCHEUX, 1981, p. 26)

Mais tarde, Pêcheux (1982) aborda “dois efeitos religiosos complementares”. O primeiro deles seria “localizar a fonte do processo revolucionário em um discurso teórico”. O segundo deles “consiste em pressupor, no interior do mundo existente, a existência de um germe revolucionário independente, presente no estado prático como essência certamente travada, reprimida, dominada, mas prestes a fazer irromper” (PÊCHEUX, 1982, p. 16). Este segundo efeito religioso atingiria formulações sobre a ideologia proletária e sobre o feminismo, entre outros vistos como “contra-ideologias revolucionárias”. Essas leituras cegam-se “ante ao fato de que toda dominação ideológica é antes de tudo uma dominação interna” e que “as ideologias dominadas se formam *sob* a dominação ideológica e *contra* elas, e não em um ‘outro mundo’, anterior, exterior ou independente” (PÊCHEUX, 1982, p. 16, grifos do autor).

A determinação da FD por sua relação com seu exterior permite a revelação dos pontos de confronto nas fronteiras internas da FD, “as zonas atravessadas por toda uma série de efeitos discursivos, tematizados como efeitos de ambiguidade ideológica, de divisão, de resposta pronta e de réplica ‘estratégica’” (PÊCHEUX, 1983, p. 314). O discurso do movimento feminista incorpora elementos pré-construídos para redefini-los, organizar sua repetição ou mesmo seu esquecimento. Novamente devemos relacionar a determinação dos sentidos pelo interdiscurso com o processo de interpelação do sujeito do discurso:

[...] a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (... enquanto “pré-construído” e “efeito de sustentação”) que constituem, no discurso do sujeito, *os traços daquilo que o determina*, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito. (PÊCHEUX, 1975, p. 150, grifos do autor)

Elementos de saber pertencentes a FD(s) distinta(s) da feminista (poderíamos denominá-la FD machista?) estão presentes de diferentes maneiras no recorte discursivo abaixo:

- (2.1) “*Não tenham mais de dois filhos*”, dizem-nos na Índia. “*Tenham muitos filhos*”, diziam-nos na Alemanha nazista. Nos dois casos, controlando-nos como se fossemos máquinas reguláveis e sem vontade própria. A opção, achamos, deve caber a nós, mulheres. A sociedade, por outro lado, cabe fornecer os meios necessários para que possamos ter esses filhos em condições adequadas, e também para que possamos optar por não tê-los, se assim preferirmos. (Controle de natalidade – Ser ou não ser mãe?, NMI, junho 1976)

- (2.2) Que estranha angústia, que desconhecida epidemia é essa que sorratamente atinge as donas de casa e da qual não se fala? Afinal, o que se passa com a dona de casa: *não é ela a rainha do lar, feliz em seu reinado, cercada de eletrodomésticos e do amor filial, mimada pelo seu marido, que se mata de trabalho para lhe fazer as vontades?* [...] Se fizéssemos uma gigantesca exposição, em que mostrássemos todo o trabalho invisível da dona de casa – comida, roupa lavada, fraldas, tricô, crochê e tudo o mais – em quanto seria estimado esse trabalho? Quanto vale o trabalho desvalorizado e desprestigiado da dona de casa, e quem se beneficia dele? [...] De um modo geral, em todos os países as feministas pretendem que o trabalho doméstico seja socializado, ou seja, que existam creches para todos, lavanderias coletivas, restaurantes populares, serviço coletivo de limpeza das casas, etc. [...] E *você*, o que acha disso? (Nós Mulheres: donas de casa – A rainha não tem cetro, NM2, setembro/outubro1976)
- (2.3) [...] queremos agradar aos homens para encontrar um que nos ame e a quem amemos. Daí *nos casaremos, teremos filhos e seremos muito felizes, como nas estórias de fadas*. Pelo menos é esse o destino que *todos dizem* ser o melhor para a mulher: casar e ter filhos. [...] Quando a mulher pôde dominar seu corpo, pela contracepção (evitando a gravidez), separando assim a sexualidade da procriação, um grande passo foi dado no sentido da emancipação feminina. (Sexo: pecado para as mulheres, NM6, agosto/setembro1977)
- (2.4) Pertença ao grupo de pessoas conhecidas como “*esposas*”. Sou *ESPOSA*. E *não por acaso, também sou MÃE*. Não faz muito tempo um amigo meu apareceu lá em casa. Tinha acabado de se desquitar. Tem um filho que *naturalmente* está com a *mãe*, e ele está procurando outra *esposa*. Eu estava pensando nele outro dia, enquanto passava roupa, quando de repente pensei que eu também gostaria de ter uma *esposa*. Por que eu quero uma esposa? [...] Quero uma esposa que lave, passe e que costure minha roupa, que compre roupa nova pra mim quando precisar, e que se preocupe que meus objetos pessoais estejam no devido lugar, para que eu os encontre quando precisar [...]. Quero uma *esposa* que seja sensível às minhas necessidades sexuais, quero uma *esposa* que faça amor de forma apaixonada e ferosa quando me der vontade, uma *esposa* que se preocupe que nossas relações me dêem o máximo de satisfação. E *naturalmente* quero uma esposa que não exija atenção sexual quando eu não tiver vontade. [...] MEU DEUS, quem não gostaria de ter uma *esposa*? (Procura-se uma esposa, NM1, junho1976)

Os dizeres são atribuídos a um *outro* indeterminado que tem como interlocutor *nós mulheres*: em (2.1) *dizem* quantos filhos ter; em (2.3) *dizem* que o melhor é *casar e ter filhos*. Nessas sequências, as imagens de *mãe*, *esposa* e *dona de casa* relacionam-se ao funcionamento da denúncia no discurso feminista, que critica o controle sobre o corpo da mulher (em 2.1), a desvalorização do trabalho doméstico, o desprestígio da dona de casa e sua angústia (em 2.2). Em (2.1), a manchete “Controle de natalidade – Ser ou não ser mãe?” põe em disputa uma política do governo com a possibilidade de escolha da *mulher* sobre a maternidade – nesse caso a pergunta desloca o efeito de sentido de que *mulher* é sinônimo de *mãe*.

A denúncia em (2.2) não é caracterizada por afirmações, como ocorre com maior regularidade no discurso feminista em análise; é construída por meio da adjetivação do trabalho doméstico em orações interrogativas que interpelam o interlocutor: pergunta-se sobre os beneficiários e o valor do trabalho *invisível, desvalorizado e desprestigiado* da dona de casa. O discurso *outro* se expressa na superfície do discurso feminista a partir do questionamento irônico de enunciados que circulariam em outra FD: *é ela [dona de casa, esposa e mãe] a rainha do lar, feliz em seu reinado, cercada de eletrodomésticos e do amor filial, mimada pelo seu marido, que se mata de trabalho para lhe fazer as vontades* (em 2.2).

A interpelação de *mulheres* como interlocutoras do discurso feminista também ocorre pelo funcionamento do *nós* (em 2.1 e 2.3) e pela interrogação que intercepta diretamente a leitora por meio do *você* (*E você, o que acha disso?*, em 2.2). Por sua vez, a *denúncia* das condições das mulheres possibilita a enunciação do *programa* feminista, que defende a maternidade como opção da mulher (em 2.1 este programa é expresso através do *nós mulheres*); o domínio da mulher sobre seu próprio corpo pela contracepção, separando a sexualidade da mulher da procriação (em 2.3); a socialização do trabalho doméstico por meio de creches, lavanderias coletivas, restaurantes populares, etc. (em 2.2).

A crônica, “Procura-se uma esposa”, pela memória discursiva, remete-nos a um anúncio de emprego (em 2.4). Escrito na primeira pessoa do singular com a projeção como protagonista do discurso de uma mulher *esposa e mãe* que realiza tarefas domésticas (tem a ideia de que *gostaria de ter uma esposa enquanto passava roupa*), o texto mais uma vez em tom irônico denuncia as tarefas e posturas esperadas de uma esposa que vão desde os trabalhos domésticos à conduta sexual. Ao final do texto, está o convite à reflexão a partir de uma pergunta exclamativa: *MEU DEUS, quem não gostaria de ter uma esposa?* Ao aproximar-se do cotidiano e do que seria considerado vida pessoal da mulher projetada como interlocutora do discurso feminista, produz-se como efeito que o que seria do âmbito do privado ou do íntimo é comum a todas as mulheres. Assinalamos que a escolha pelo gênero crônica, em lugar de um manifesto, por exemplo, é indício das mudanças que o feminismo proporcionou ao discurso político e da politização de assuntos antes considerados privados como a família e a sexualidade.

Concomitantemente ao questionamento das imagens de *dona de casa, mãe e esposa*, que seriam atribuídas às mulheres e deveriam ser transformadas por meio da luta feminista, as representações imaginárias de *mães, esposas e donas de casa* são construídas como sujeito político:

- (3.1) A vida fica cada vez mais difícil. *Um salário não dá mais pra viver. Nós, mães, donas de casa, vemos que precisamos dar uma ajuda. A saída de todas nós é também arranjar emprego e passar o dia fora de casa. [...] A nossa ideia de ter um lugar onde as crianças se alimentem de um jeito certo, que tenha higiene, que seja orientada por gente que entende de criança e ajudem estas crescerem de um jeito sadio, e que também nós, os pais, participemos dessa educação. [...] Diante disso a gente se reúne e pensa: [...] Nós somos responsáveis por essas crianças e exigimos condições para educá-las.* (Grupo de Mães do Setor Interlagos e Sociedades de Amigos São Paulo, Senhor prefeito, senhores vereadores, NM1, junho 1976)
- (3.2) Esta é uma questão que cada vez mais mulheres enfrentam, no momento em que deixam o lar para trabalhar e *aumentar o orçamento doméstico*. Mas mesmo trabalhando fora, a mulher continua sendo responsável pelo cuidado dos filhos. Se um deles adocece, é ela quem deixa de ir trabalhar e não o marido. (Creche – com quem deixar nossos filhos, NM2, setembro/outubro 1976)
- (3.3) Vocês se portaram à altura de sua responsabilidade, não se curvando à restrição de seus direitos e não aceitando as inúmeras provocações. A sua luta é por liberdade, por um regime absolutamente democrático. Nesta hora, *reiteramos nossa solidariedade e confiança em vocês [...]* (Comissão de Mães de Alunos de São Paulo, “Carta aos nossos filhos”, NM6, agosto/setembro 1977)
- (3.4) Puxa vida! Vou te dizer! O trabalho mais desgraçado que existe – eu sempre trabalhei em fábrica e na enxada – mas eu acho que o pior de tudo é ser *dona de casa*. [...] Então eu diria assim: *nós mulheres* devíamos parar. [...] todas as *donas de casa*, pra ver o que acontece, porque ninguém dá valor nenhum. Eu por mim fazia uma greve entre as mulheres, uma greve do lar. (Nós mulheres: operárias, NM1, junho 1976)

As mulheres atuam a partir da posição de *mães* para a luta por creches (em 3.1 e 3.2) e em apoio aos seus filhos que contestam a ditadura militar brasileira (em 3.3). Destacamos que em duas das sequências o *nós* é construído como *porta-voz* de coletivos organizados que têm espaço de divulgação no periódico feminista. Em (3.1), o *nós mães* e *donas de casa* representa no discurso o *Grupo de Mães do Setor Interlagos* e, mais adiante na sequência, *nós pais* representa este primeiro grupo somado ao coletivo das *Sociedades de Amigos São Paulo* – ambos, organizações do movimento popular – que se dirigem a representantes do Estado (*ao senhor prefeito e aos senhores vereadores*). Em (3.3) o *nós* representa a *Comissão de Mães de Alunos de São Paulo* e tem como interlocutores diretos seus filhos (apesar de na cena discursiva instaurar-se um interlocutor ampliado), a quem prestam solidariedade em uma carta pública. Se em (3.2), nas reflexões do discurso feminista sobre creche e educação das crianças, está a denúncia de que as mulheres são responsabilizadas pelo cuidado dos filhos, mesmo quando trabalham fora de casa como seus maridos. Em (3.1), quando as mulheres, a partir da imagem de *mães*, reivindicam creches ao Estado, os pais são incluídos entre os que se preocupam com a educação das crianças, rompendo com a imagem de que esta é uma responsabilidade exclusiva das mulheres. Nessa perspectiva, a ação política das mães desloca sentidos estabilizados para a maternidade.

No funcionamento do *nós* em (3.1) emergiria a figura do porta-voz. Pêcheux (1982) postula que a figura do porta-voz é

[...] ao mesmo tempo ator visível e testemunha ocular do acontecimento: o efeito que ele exerce falando “em nome de...” é antes de tudo um efeito visual, que determina esta conversão do olhar pela qual o invisível do acontecimento se deixa enfim ser visto: o porta-voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob o seu olhar. Dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário) que o coloca em posição de negociador potencial, no centro visível de um “nós” em formação e também em contato imediato com o adversário exterior. (PÊCHEUX, 1982, p. 17)

Ao refletir sobre o processo revolucionário, em especial sobre a revolução socialista, Pêcheux (1982) compreende que a figura do porta-voz surgiria da quebra do ritual de assujeitamento, gerada pela subjetivação na resistência, e possibilitaria a ruptura com a reprodução do discurso da dominação ao produzir um acontecimento histórico que intervém no círculo da repetição de modo que o irrealizado formaria novos sentidos. A subjetivação na resistência seria decorrente do deslocamento da imagem de mulheres *mães*, *esposas* e *donas de casa* como confinadas no espaço doméstico para sua afirmação como sujeito político no espaço público, assim como na possibilidade das mulheres significarem na negação dessas imagens.⁵

A demanda por creches e a luta das *mães* por sua construção e qualidade são relacionadas à saída das mulheres exclusivamente donas de casa para o trabalho fora do espa-

5 Inicialmente, perguntamo-nos, em nosso trabalho, se o porta-voz estava em funcionamento como regularidade no discurso feminista. No entanto, nossas análises apontaram para o fato de que o discurso feminista está muito mais focado em “falar diante dos seus” em um convite à identificação e à luta política do que em enfrentar embates diretos com o “adversário exterior” na posição de “negociador”, o que pode ser compreendido em parte pelas condições de produção do discurso analisado e em parte pela nova concepção de política presente neste discurso. Não descartamos, no entanto, que os gêneros do discurso que compõem o nosso *corpus*, que têm como interlocutor principal as mulheres e organizações políticas relacionadas com suas lutas, também influenciem essa maior tendência do discurso feminista analisado em “falar diante dos seus”.

ço doméstico (as mulheres precisam *arranjar um emprego e passam o dia fora de casa*, em 3.1, ou *deixar o lar para trabalhar*, em 3.2), por conta dos salários baixos de seus maridos (nesse ponto, é retomada a imagem da mulher como *esposa* e da renda doméstica como responsabilidade primeira do homem a quem a mulher precisa *dar uma ajuda*, em 3.1, para *aumentar o orçamento doméstico*, em 3.2). As imagens de mulher *mãe, esposa e dona de casa* neste recorte correspondem às mulheres dos setores populares, que acumulam a dupla jornada de trabalho, vivem a realidade dos baixos salários, são mais atingidas pela carestia e recorrem mais ao Estado para o acesso a creches. Tal imagem de mulheres dos setores populares está em consonância com as interlocutoras prioritárias do discurso feminista brasileiro, dado que este postulava às mulheres das camadas trabalhadoras a liderança da luta feminista.

Para finalizar a análise deste recorte, gostaríamos de destacar a proposição do *eu* e do *nós mulheres e donas de casa* da sequência (3.4). Em uma reportagem que expunha depoimentos de mulheres operárias, emerge, a partir do relato pessoal em primeira pessoa, a identidade da *mulher dona de casa*. A greve, construída historicamente como instrumento de luta dos que trabalham fora do espaço doméstico, é proposta para as mulheres donas de casa: a *greve do lar*, com o objetivo da valorização do trabalho doméstico, considerado *pior* que o *trabalho na fábrica* e na *enxada*. Os limites entre o privado e o público, entre o individual e o coletivo deslocam-se. Diferentemente do funcionamento discursivo do porta-voz, a indignação de uma mulher pode ser amplificada na projeção da ação coletiva de todas as *mulheres donas de casa*, fazendo parte do *nós* em formação; essa mesma ação que daria visibilidade às mulheres como coletivo ao mostrar seu trabalho como necessário socialmente.

Considerações finais

Partimos das análises das condições de produção para descrever as regularidades de certas projeções imaginárias no discurso feminista brasileiro que justificam nossa argumentação a favor da existência de uma FD feminista, considerando a heterogeneidade constitutiva de toda FD. Assinalamos, com base no debate teórico travado na AD, que a delimitação e fechamento de uma FD são efeitos imaginários, seja se consideramos o sujeito que enuncia ou se tomamos a FD como proposta e produto da análise empreendida pelo analista do discurso.

Os deslocamentos de sentido para *mulheres* e a contradição entre as imagens de *mulheres* oprimidas (denunciadas pelo discurso feminista) e as imagens das mulheres identificadas com o feminismo, em luta, são a materialização da disputa ideológica que constitui o discurso e conformam as posições sujeito no interior da FD feminista, demonstrando sua heterogeneidade. Dito com outras palavras, as modalidades particulares de identificação que constituem as diferentes posições-sujeito no interior da FD feminista, ou ainda, de forma geral, a identificação/interpelação do sujeito à forma-sujeito da FD feminista, definem-se em relação aos elementos de saber reformulados na FD. Em nossas análises, procuramos demonstrar a invasão por elementos pré-construídos que vêm de outro lugar, ou seja, de outras FD, e se repetem na FD feminista, como a imagem da mulher mãe por natureza.

No discurso feminista analisado, projeta-se a imagem de que as mulheres que lutam no feminismo são prioritariamente as das classes trabalhadoras e populares (ape-

sar de efetivamente no movimento feminista deste período as mulheres de classe média serem mais expressivas). A posição sujeito feminista no discurso brasileiro é construída com mais regularidade a partir da imagem das protagonistas do discurso como donas de casa e mulheres que acumulam a dupla jornada de trabalho, que são mães e esposas – seja na posição de denúncia da opressão da mulher como de formulação do programa feminista, nos depoimentos de uma mulher particular ou na formulação do *nós* mulheres.⁶

Para o programa feminista, as mulheres devem ter a maternidade como opção (e não imposição) e o sexo deve ser separado da procriação. A casa como espaço das mulheres dificulta seu contato com outros trabalhadores, com os problemas gerais da sociedade e com outras mulheres, enfim, sua participação política. O trabalho doméstico realizado pelas mulheres no espaço privado é denunciado publicamente (assim como a imagem de que a mulher mãe e esposa é a rainha do lar, construída por uma FD oposta à feminista); projeta-se o programa feminista em defesa de sua socialização por meio da divisão de tarefas entre o casal e para que o Estado construa equipamentos públicos como lavanderias, restaurantes e creches. As mães, esposas e donas de casa tornam-se sujeito político da luta, especialmente pela construção de creches. O programa feminista toca temas antes afastados da política, como a família, a moral, a sexualidade e a educação das crianças.

As mudanças provocadas pelo feminismo no discurso político, expostas por meio de nossas análises, são assumidas como possibilidade de subjetivação na resistência à dominação ideológica. A quebra do ritual de assujeitamento, gerada pela subjetivação na resistência, possibilitaria a ruptura com a reprodução do discurso da dominação ao produzir um acontecimento histórico que rompe o círculo da repetição, de modo que o irrealizado formaria novos sentidos. Em uma conjuntura de organização de diversos setores sociais pela revolução social ou contra as ditaduras militares latino-americanas e de transgressão das fronteiras do político, a partir do questionamento dos espaços da política e do privado, o feminismo produziu um acontecimento histórico e, desta forma, rompeu o círculo da repetição da condição das mulheres na sociedade. Supomos que, a partir de dispositivos de identificação, entre eles a denúncia e o funcionamento do *nós* político, o discurso feminista se encarrega de reunir, convencer, organizar e politizar as mulheres, tornando-as visíveis para si mesmas e convidando-as à constituição de um coletivo de luta. A ação coletiva das mulheres identificadas com posições do feminismo poderia, então, transformar o irrealizado ou não-realizável social e político.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ. S. E. The (trans)formation of Feminism(s) and Gender Politics in Democratizing Brazil. In: JAQUETTE, E. J. (Ed.). *The Women's Movement in Latin America: Participation and Democracy*. 2. ed. Boulder, CO: Westview Press, 1994. p. 13-63.

⁶ Podemos depreender também, com menor regularidade, uma posição sujeito identificada com o feminismo desde a constatação de que as mulheres ocupavam cada vez mais lugares no espaço público – tanto por sua maior participação política quanto por sua maior inserção em algumas atividades do mundo do trabalho. No *corpus* de nossa pesquisa, funciona a posição sujeito das feministas negras e sua identificação a partir da denúncia de que o racismo é um preconceito a mais. As mulheres lésbicas são silenciadas no *corpus* analisado; sua voz faz-se presente com maior regularidade no discurso feminista dos anos 1980.

ARAUJO, M. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. 190 p.

CARDOSO, E. P. *Imprensa feminista brasileira pós-1974*. 2004. 132 f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

COSTA, M.A. O movimento feminista no Brasil. Dinâmicas de uma intervenção política. *Gênero*, Niterói, v. 5, n. 2, p. 9-35, 2005.

INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997. 268 p.

KUCINSKI, B. *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. 2. ed. rev. e amp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. 441p.

MAIER, E. Acomodando lo privado en lo publico: experiencias y legados de décadas pasadas. In: LEBON, N.; MAIER, E. (Org.) *De lo privado a lo público: 30 anos de lucha ciudadana de las mujeres en América Latina*. México: Siglo XXI, UNIFEM, LASA, 2006. p. 29-49.

MORAES, M. L. Feminismo, Movimento de Mulheres e a (re)construção da democracia em três países da América Latina. *Primeira Versão*, Campinas, n. 121, 2003.

_____. *Marxismo e feminismo no Brasil*. *Primeira Versão*, Campinas, IFCH, n. 66, 1996. 33 p.

_____. A experiencia feminista dos anos setenta. *Textos*, Araraquara, n. 5, p. 117, 1990.

PAYER, M. O. Escrever, (d)enunciar a verdade, sugerir sentidos. In: MARIANI, B. (org.) *A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e em psicanálise*. São Carlos: Claraluz, 2006. p.59-70.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1997 [1975]. p.163-252.

PÊCHEUX, M. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 2009 [1975]. 208 p.

_____. O Estranho espelho da análise do discurso. (prefácio) In: COURTINE, J.-J. *Análise do discurso político – o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: Edufscar, 2009 [1981]. p. 21-26.

_____. Delimitações, inversões e deslocamentos. Tradução de José Horta Nunes. In: ORLANDI, E.; GERALDI, W. (Org.). *Caderno de Estudos Linguísticos 19 – O discurso e suas análises*. Campinas, 1990. [1982]. p. 7-24.

_____. A análise de discurso: três épocas. In: GADET, F.; HAK, T. (Org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, Ed. Unicamp, 1997. [1983]. p. 311-318.

PEDRO, J. Narrativas fundadoras do feminismo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, 2006.

PINTO, C. R. J. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003. 120p.

PISCITELLI, A. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (Org.) *A prática feminista e o conceito de gênero*. Textos Didáticos, n. 48, p. 7-42, 2002.

RAGO, M. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. *Labrys Estudos Feministas*, Brasília/Montreal/Paris, n. 3, jan./jul. 2003. Disponível em: <<http://www.tanianavarrosuain.com.br/labrys/labrys3/web/bras/marga1.htm>>. Acesso em: 28 ago. 2012.

SARTI, C. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Revista de Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, ano/vol. 12, n. 2, p. 35-50, maio-ago. 2004.

TREBISACCE, C. Una segunda lectura sobre las feministas de los '70 en Argentina. *Revista Conflictio Social*, año 3, n. 4, p. 26-52, 2010.

ZOPPI-FONTANA, M. G. *Cidadãos modernos*. Discurso e representação política. Campinas, Editora da Unicamp, 1997. 214p.